

O CONSENTIMENTO INFORMADO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: desafios e garantias jurídicas

*Flávia Maria Gomes Campos*¹

*Gabriel Rodrigo de Sousa*²

*Natália Alves Matsumoto*³

Resumo: O consentimento informado é um princípio ético e jurídico fundamental para assegurar a autonomia do paciente em procedimentos médicos e pesquisas científicas. Contudo, quando se trata de pessoas com deficiência intelectual, a efetivação desse direito enfrenta desafios específicos relacionados à capacidade cognitiva, barreiras atitudinais e acessibilidade da informação. A presente pesquisa tem por objetivo analisar o consentimento informado prestado por pessoas com deficiência intelectual, identificando suas características essenciais, dificuldades enfrentadas e estratégias para garantir um consentimento livre e esclarecido conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Fundamenta-se em um referencial teórico que contempla os direitos da personalidade, a legislação brasileira, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e estudos contemporâneos sobre ética biomédica e inclusão. A metodologia adotada é bibliográfica, baseada em revisão crítica de livros, artigos científicos, legislação e estudos de caso nacionais e internacionais, incluindo análises de práticas de assentimento adaptadas a deficiências cognitivas e sensoriais. Os resultados preliminares indicam que, apesar dos avanços legislativos que reconhecem o direito ao consentimento prévio, livre e esclarecido, persistem barreiras como o paternalismo médico, a falta de adaptação das informações e o despreparo dos profissionais de saúde para lidar com as especificidades desse grupo. Destaca-se a importância de estratégias personalizadas, uso de linguagem acessível, apoio de cuidadores e tecnologias assistivas para assegurar a compreensão plena do paciente. Ademais, enfatiza-se a necessidade de respeito à vontade da pessoa com deficiência, evitando a substituição indevida de sua decisão. Conclui-se que o consentimento informado das pessoas com deficiência intelectual deve ser compreendido como um processo contínuo e dinâmico, que requer um compromisso ético dos profissionais e a implementação de normas e práticas inclusivas para garantir a dignidade, autonomia e os direitos humanos dessa população.

Palavras-chave: Consentimento informado; Deficiência intelectual; Autonomia; Direitos da pessoa com deficiência; Inclusão.

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: flavia.mg.campos@unesp.br

² Bacharel e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorando pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: gabriel.rodrigo@unesp.br

³ Bacharel em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - Faculdade de Direito de Bauru-SP; Pós-graduação em Direito do Consumidor pela Rede UNIDERP-Anhanguera de Campo Grande-MS; MBA em Gestão Pública pela Faculdade Futura de Votuporanga-SP. Mestranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: natalia.matsumoto@unesp.br

Referências:

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F.. **Princípios de ética biomédica**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BERGSTEIN, Gilberto. **A informação na relação médico-paciente**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BOMTEMPO, Tiago Vieira. **Consentimento informado das pessoas com transtornos e deficiências mentais à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência**: diálogos hermenêuticos na relação médico-paciente. 2021. 254 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BROWNING, Michelle; BIGBY, Christine; DOUGLAS, Jacinta. **A process of decision-making support**: exploring supported decision-making practice in Canada. *Journal of Intellectual & Developmental Disability*, vol. 46, nº 2, p. 138-149, 2021.

DOI: 10.3109/13668250.2020.1789269. Disponível em:

<https://doi.org/10.3109/13668250.2020.1789269>. Acesso em: 23 set. 2025.

DANTAS, Eduardo. **Direito Médico**. 5. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

DING, Jonathon; KEAGAN-BULL, Richard; TUFFREY-WIJNE, Irene. **It is up to healthcare professionals to talk to us in a way that we can understand**: informed consent processes in people with intellectual disability. *BMJ Quality & Safety*, vol. 33, p. 277-279, 2024.

DOI: 10.1136/bmjqs-2023-016830. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmjqs-2023-016830>.

Acesso em: 23 set. 2025.

DUNN, Manjekah. [et al]. **Equitable and accessible informed healthcare consent process for people with intellectual disability**: a systematic literature review. *BMJ Quality & Safety*, vol. 33, p. 328-339, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmjqs-2023-016113>. Acesso em: 23 set. 2025.

FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (Coords.). **Metodologia da pesquisa em direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FILHO, Eduardo Tomasevicius. Direitos da Personalidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência. In: CORREIA, Atalá; CAPUCHO, Fábio Jun (Coords.). **Direitos da personalidade**: a contribuição de Silmara J. A. Chinellato. 1. ed. Barueri: Manoele, 2019.

HORNER-JOHNSON, Willi; BAILEY, Danielle. **Assessing understanding and obtaining consent from adults with intellectual disabilities for a health promotion study**. Wiley Online Library, 2013. DOI: 10.1111/jppi.12048. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jppi.12048>. Acesso em: 23 set. 2025.

JÚNIOR, Dalmir Lopes. **Consentimento informado na relação médico-paciente**. Belo Horizonte: D' Plácido, 2018.

LARA, Mariana Alves. **Capacidade civil e deficiência**: entre autonomia e proteção. Belo Horizonte: Editora D' Plácido, 2021.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; RODRIGUES, Francisco Luciano Lima; MORAES, Maria Celina Bodin de. A Capacidade Civil e o sistema de apoios no Brasil. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; CAYCHO, Renato Antonio Constantino; BARIFFI, Francisco José (Coord.). **Capacidade jurídica, deficiência e Direito Civil na América Latina**. Indaiatuba: Foco, 2021.

MOYE, Jennifer T. [et al]. **Empirical advances in the assessment of the capacity to consent to medical treatment**: clinical implications and research needs. *Clinical Psychology Review*, vol. 26, p. 1054-1077, 2006. DOI: 10.1016/j.cpr.2005.04.013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2005.04.013>. Acesso em: 23 set. 2025.

PARAMASIVAM, Abinethaa. [et al]. **Informed consent or assent strategies for research with individuals with deafblindness or dual sensory impairment**: A Scoping Review. *Archives of Rehabilitation Research and Clinical Translation*, vol. 3, issue 2, 2021. DOI: 10.1016/j.arrct.2021.100115. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.arrct.2021.100115>. Acesso em: 23 set. 2025.

PEREIRA, André Gonçalo Dias. A consagração do consentimento informado na jurisprudência portuguesa recente. In: LOUREIRO, João et al (org.). **Direito da saúde**: estudos em homenagem ao Prof. Dr. Guilherme de Oliveira. vol. 3: segurança do paciente e consentimento informado. Coimbra: Almedina, 2016.

PLOSKY, Willyanne DeCormier Plosky. [et al]. **Excluding people with disabilities from clinical research**: eligibility criteria lack clarity and justification. *Health Affairs*, 2022. vol. 41, nº 10. DOI: 10.1377/hlthaff.2022.00520. Disponível em: <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2022.00520>. Acesso em: 23 set. 2025.

RIBEIRO, Geraldo Rocha. O cuidado médico transfronteiriço e o consentimento informado: as suas repercussões em sede de direito internacional privado. In: LOUREIRO, João et al (org.). **Direito da saúde**: Estudos em homenagem ao Prof. Dr. Guilherme de Oliveira. vol. 3: segurança do paciente e consentimento informado. Coimbra: Almedina, 2016.

RODRÍGUEZ-VÁZQUEZ, Virgilio. Estudio de derecho comparado sobre el consentimiento informado en los tratamientos médicos curativos. In: LOUREIRO, João et al (org.). **Direito da saúde**: Estudos em homenagem ao Prof. Dr. Guilherme de Oliveira. vol. 3: segurança do paciente e consentimento informado. Coimbra: Almedina, 2016.

SOARES, Flaviana Rampazzo. **Consentimento do paciente no direito médico**: validade, interpretação e responsabilidade. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.

STRICKLER, Jesse G; HAVERCAMP, Susan M. **Evaluating an informed consent process designed to improve inclusion of adults with intellectual disability in research** (Thesis) - Graduate Program in Psychology, The Ohio State University. Ohio, 2021. DOI: 10.1016/j.ridd.2022.104413. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2022.104413>. Acesso em: 23 set. 2025.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. Consentimento informado em intervenções médicas envolvendo pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial no Brasil e a questão das barreiras atitudinais. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; CAYCHO, Renato Antônio Constantino; BARIFFI, Francisco José (Coords.). **Capacidade jurídica, deficiência e Direito Civil na América Latina**. Indaiatuba: Foco, 2021.